

O NEOLIBERALISMO E A CONSEQUENTE PRODUÇÃO DA INDIFERENÇA NO SUJEITO MODERNO

NEOLIBERALISM AND THE CONSEQUENT PRODUCTION OF INDIFFERENCE IN THE MODERN SUBJECT

Rodrigo Louzada Vergílio¹

RESUMO

Inerente ao fato de que o ocidente optou pelo sistema capitalista, só nos cabe avaliar o estado em que nos encontramos. Alguns dados sobre o capitalismo parecem ser consenso entre estudiosos, como, por exemplo, dizer que este é um sistema onde os meios de produção, distribuição, decisão sobre a oferta, demanda, preço e distribuição são decididos, em grande parte, pela iniciativa privada, tendo o lucro como meta absoluta. E, tendo o lucro como cerne de todas as relações, os valores adotados por esta sociedade giram em torno de mercadorias. Um olhar mais apurado sobre este sistema nos leva a reparar na incrível capacidade adaptativa deste ao longo dos anos. Em um passado remoto, quando o sistema capitalista se apresentava como uma alternativa atraente, ele exercia seu fascínio para a sociedade, de maneira geral, como um grande “corpo social”. Na modernidade, o neoliberalismo atua nos indivíduos, penetrando em todas as esferas das relações humanas. O presente artigo visa identificar as características das relações humanas baseadas na lógica mercadológica vigente no ocidente, suas consequências diretas nas relações interpessoais, assim como a relação desta com a natureza, a fim de apontar o futuro destas relações considerando a atual trajetória das sociedades ultraliberais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Modernidade. Educação. Globalização. Trabalho.

¹ Aluno do 7º período do curso de Filosofia da UFES. *E-mail*: rodrigorush@uol.com.br

ABSTRACT

Inherent in the fact that the choice made by the West was by the capitalist system, we only evaluate the State we are in. Some data about capitalism seem to be consensus among scholars in General, as, for example, say that it is a system where the means of production, distribution, decision on supply, demand, price and distribution are determined largely by the private sector, having the “profit” as absolute goal. And taking the profit as core of all relationships, the values adopted by this society revolve around “goods”, a more refined look on this system and we noticed the incredible capacity of this adaptive system, over the years. In a remote past, when the capitalist system if presented as an attractive alternative he exercised his fascination to a society, as a whole, as a great “social body”, in modernity the neo liberalism works on individuals, penetrating into all spheres of human relationships. This article aims to identify the characteristics of human relationships based on current market logic in the West, their direct consequences in interpersonal relationships, as well as the relationship with nature and point the future of these relations considering the current trajectory of the ultra-liberal societies.

Keywords: Neo-liberalism. Modernity. Education. Globalization. Work.

INTRODUÇÃO

Para a filosofia sempre interessou a questão da submissão do homem, no sentido de busca de um Ser absoluto que aplacaria as angústias humanas. É uma questão ontológica. Podemos afirmar que toda a história da filosofia é atravessada pela questão da procura deste Ser absoluto. Se o **sujeito** é o **subjectus** ou o que está **submetido**, pode-se dizer que a história aparece como uma sequência de assujeitamentos a grandes figuras instaladas no centro de configurações simbólicas. Cada época histórica tem o movimento da projeção do homem para este Ser absoluto. Vários foram os nomes dados a este Ser no decorrer da história: Natureza, Deus, Ideias, Razão. Esta é uma manifestação natural humana, já que “o homem é uma substância que não tira a sua existência de si mesmo, mas de um outro Ser” (DUFOUR, 2005, p. 27). Esta busca pelo Ser absoluto se resume à submissão do ser humano a um **Outro** que estabelece os moldes das relações humanas para determinada época. Contudo, esta relação do homem com este Outro (no sentido de um Ser absoluto) ou com este **grande Sujeito** não acontece de forma aleatória, pois é uma relação estruturada na convivência do indivíduo com seus semelhantes passados pela aptidão humana da palavra, sejam estes do seu núcleo familiar ou da sociedade onde está inserido.

Na estruturação da linguagem, o sujeito constrói a simbolização de seu mundo, interage com seus semelhantes e estabelece as relações que terá com este grande Sujeito. Portanto, verificamos que antes de ser considerado um ser autônomo e crítico, o sujeito passa pela submissão ao outro. “Ninguém pode sair desta submissão sem antes ter nela entrado” (DUFOUR, 2005, p. 33), ou seja, como condição humana primordial precisamos de um outro para cuidar de nossas mais básicas necessidades, tanto as necessidades físicas, como alimentação, vestimenta e abrigo, como as necessidades existenciais – nas quais serão estruturadas a relação do sujeito com o grande Sujeito. Assim, precisamos de um outro (semelhante) para estruturar nossa submissão a um Outro (grande Sujeito) que norteará os comportamentos e a moral do tempo histórico no qual se está inserido. A pergunta que fica é: Qual é o Ser ou o grande Sujeito da Modernidade?

Para responder a esta pergunta, devemos observar o desenvolvimento do sujeito e as mudanças de paradigmas ocorridos no desenvolvimento histórico/social, analisando as relações dos indivíduos entre si e com a natureza.

O homem é um ser de linguagem; sendo assim, existe uma simbolização do mundo. O homem recebe os estímulos do mundo e devolve estes estímulos em forma

de signos, os quais usa para vivenciar sua experiência no mundo. Assim, o homem construiu toda uma mitologia simbólica que visa explicar o mundo, passada de geração em geração. Ao contrário do que possa parecer, o mito não é uma narrativa desprovida de sentido, lendas inventadas ou pura fantasia: é uma forma de devolver ao mundo, em forma de signos, a experiência estética da religiosidade humana², ocorrendo assim uma “troca” entre o sujeito angustiado e certo valor transcendental.

No sujeito moderno, o que percebemos é que a simbolização do mundo, que era feita pela relação direta entre os indivíduos, ou melhor dizendo, pela **herança geracional**, que é uma transmissão de saberes e valores passados na confrontação com um outro que a transmite, em um processo de **perlaboração**³ entre as partes envolvidas e em consequente crescimento mútuo, não é mais efetuada por esta via geracional. Assim, ocorre uma ruptura na função simbólica, responsável por transmitir para as gerações posteriores, na forma de diálogos, histórias e convivências vividas, elementos essenciais para a construção da rede simbólica, pois “transmitir uma narrativa é transmitir conteúdos, crenças, nomes próprios, genealogias, ritos, obrigações e, principalmente, é transmitir a palavra, é transformar o outro em um ser falante, passando assim a aptidão humana para a fala.” (DUFOUR, 2005, p. 128). O que notamos, portanto, é o papel fundamental de uma subjetividade formada na construção de um sujeito. Fica muito claro que um ser humano, antes de se constituir como uma subjetividade única e autônoma, precisa da interjeição de um outro, que é presença primordial na construção do indivíduo.

Na pós-modernidade, temos uma mudança total em todas estas relações. Primeiramente, não temos mais um grande Sujeito para guiar os paradigmas morais. A modernidade passa a ser conhecida pela aparição de “vários” grandes Sujeitos que, definitivamente, não convivem em harmonia. Um dos principais motivos para esta variedade de Outros na modernidade pode ser esta ruptura da função simbólica nas relações, ou seja, a quebra dos diálogos, das transmissões de “grandes narrativas”, passadas de uma geração para a outra nos diálogos familiares e na comunidade.

² Considera-se aqui uma diferença primordial entre **Religião** (a institucionalização da experiência estética humana na forma de hierarquia, prédios físicos e rituais dogmatizados) e **Religiosidade** (a experiência do sublime da estética pura, sem intermediação de instituições humanas).

³ **Perlaboração**: palavra usada por Freud que expressa um **trabalho de travessia** ou, ainda, algum sentimento ou sofrimento transmutado que passa pelo universo interno do sujeito. É por este processo que o indivíduo vai estruturando sua rede simbólica através da palavra.

Na pós-modernidade, é comum crianças interagirem, na maior parte do dia, apenas com a televisão, computadores ou celulares. Estas novas tecnologias, que surgiram no último século e ainda não estão definidas, já demonstram sua capacidade de destruir a antiga relação de diálogos e, conseqüentemente, o desenvolvimento da função simbólica. Esta é, sem dúvida, uma forma de cercear a participação do outro na formação do indivíduo, sendo este substituído por uma mídia que vai introduzir no indivíduo o consumismo e a ausência crítica, além de uma total alienação das questões filosóficas. Outra forma de alienação do sujeito na relação pós-moderna, além da televisão e dos computadores, que destroem a capacidade do indivíduo de construir em Si a rede simbólica, antes passada por gerações anteriores por meio da palavra, é a escola. Vale um aprofundamento sobre a escola pós-moderna, pois ela é a transmissora de valores de uma época e, como tal, se vê em uma situação inusitada: ao mesmo tempo em que, neste século, temos educação para todos os membros da sociedade, está é a época onde menos se tem educação (mais um paradoxo de nossa Era). O que vemos hoje é uma escola que tem como função formar apenas operários para as fábricas, sem nenhum senso crítico, aberta para todas as pressões consumistas.

1 A ESCOLA MODERNA, SUA RACIONALIDADE, SUA LÓGICA E SEUS VALORES⁴

A tradição filosófica ocidental parte do princípio de que o homem é um ser dotado de razão (ou seja, um ser racional), e por isso cria as condições para a construção de uma cultura que dê conta de explicar sua existência no mundo, que dê sentido a suas ações. O homem, diferente de outros animais que vivem em harmonia com a natureza, interfere nesta e a transforma. A partir disso, ele instaura a cultura e estabelece regras para o convívio com seus semelhantes. O homem cria seus valores e rege suas atitudes em nome destes valores estabelecidos. Os valores são mutáveis, (podemos falar de uma moral para cada cultura em um determinado período histórico), no entanto, não basta apenas estabelecer os padrões morais e criar parâmetros que os guiem, também é

⁴ Para falar da Escola Moderna, usarei as considerações de Nietzsche por entender que este pensador enxergou a educação moderna com extrema propriedade. Para nos aprofundarmos mais nestas questões, recorreremos às conferências que compõem o escrito inacabado *Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino*, composto por dois escritos reunidos: *A conferência sobre a educação dos jovens* e *Intempestiva sobre Schopenhauer*. Estes escritos são da época da juventude de Nietzsche, quando ele era ainda um professor na Basileia, na Universidade de Pädagogium. Eles abordam o problema da cultura e da educação e levantam um problema-chave: o futuro de nossos estabelecimentos de ensino.

necessário reforçar e transmitir estes valores. Estes processos educacionais de transmissão de valores já passaram por muitas mudanças no decorrer histórico. Na modernidade e, principalmente, na pós- modernidade, este papel passa, quase que exclusivamente, pela escola.

É importante falar sobre o ato de valorar, que é exclusivo do homem. Valorar é sempre uma relação entre o sujeito que valora e o objeto valorado. O homem valora para dar sentido as suas ações. Quando atribuímos valor a uma ação, significa que tomamos um lado, baseados em uma determinada visão de mundo, e não estamos indiferentes a esta ação. Assim, todas as culturas têm uma necessidade de estabelecer valores morais e os limites que caracterizarão uma sociedade. Na Idade Média, com o advento do Cristianismo, existe uma mudança na reflexão ética, isso porque neste período a razão passa a ser subordinada pela fé. No entanto, note que mesmo com esta mudança de foco, ainda é o pensamento inaugurado por Sócrates, o pensamento racional, que guia as ações dos homens. Santo Agostinho (354-430) usa a teoria platônica para propor uma elevação até Deus, e Tomás de Aquino (1225-1274) utiliza o pensamento aristotélico para afirmar que Deus é o bem supremo. Portanto, um comportamento ético só é possível seguindo a lei divina revelada, afinal, possuímos o livre arbítrio, mas somos falhos, pecadores, imperfeitos. Note que mesmo esta lei divina revelada só pode ser interpretada por um homem racional que tenha os mecanismos em sua consciência para seguir uma vida virtuosa. Portanto, mesmo que estejamos falando de um pensamento teocêntrico, ainda assim estamos falando de um pensamento racional.

Com o Cristianismo, percebemos uma nova ideia na moral: o dever. Esta ideia de dever se torna uma das principais noções da ética ocidental, principalmente a partir da Idade Moderna e Contemporânea. Kant (1724-1804)⁵, por exemplo, nos diz que o dever não vem de imposições externas, e sim do próprio sujeito: obedecer à lei moral é obedecer a si mesmo como a mais alta expressão de liberdade, sublimando os impulsos e vontades naturais ao dever. Este é o imperativo categórico que, segundo Kant, é uma lei moral interior. O homem deve sempre agir em respeito à lei moral. Em suas considerações, Kant determina uma ética fundamentada na **autonomia** da liberdade enquanto **razão prática**. Para Kant, o sujeito moral não pode determinar suas

⁵ Kant é um pensador fundamental para a modernidade, pois é o seu **sujeito crítico**, juntamente com o **sujeito neurótico** de Freud, que serviu de referência para o sujeito moderno. Com o surgimento da pós-modernidade, estes sujeitos são destruídos.

vontades por nenhum motivo heterônomo, ou melhor dizendo, o móbil da vontade humana não pode ser outra coisa que não a lei moral exclusiva do sujeito livre que tem as **condições de possibilidade**, *a priori*, para subordinar suas vontades à lei moral e, assim, exercer sua liberdade. Este sujeito livre deve buscar a fundamentação de suas ações em **si mesmo** em conformidade com a lei moral. Este homem kantiano, crítico e centro de todo o sentido, torna-se o arquétipo do homem moderno. Sendo assim, não é abusivo dizer que tudo que foi pensado radicalmente procedeu do sujeito crítico kantiano. Karl Marx (1818-1883) nos diz que o homem é um ser social e histórico que vive em uma sociedade dividida por classes; portanto, a moral cumpre uma função social e tem um caráter de classes. Encontramos no pensamento de Marx diferentes concepções morais: aqui, a moral não tem um caráter absoluto, mas sim relativo. Marx continua kantiano quando constrói sua filosofia da história, pois a filosofia de Marx pressupõe um sujeito **autônomo**:

[...] Quanto a Freud, ele mesmo teve de ser kantiano para construir o sujeito freudiano, ou seja, ele teve que remeter-se ao poder da agregação do espírito (ou de um sujeito racional, autônomo) para edificar uma teoria a respeito de fenômenos até então considerados díspares e acidentais; como sonhos, chistes, atos falhos... [...] Freud, adotando uma postura formal a respeito da ciência - já que Kant pretendia uma metafísica pensada como a física - retomou justamente esta postura diante do psíquico; uma “verdade psicológica radical” calcada em uma “dupla equação” baseada nas reflexões kantianas, onde; *consciente = fenômeno e inconsciente = coisa em si*⁶ - O que demonstra claramente a forte influência de Kant nos estudos de Freud (DUFOUR, 2005, p. 19).

A escola moderna segue sendo um dos pilares da consolidação das concepções morais, baseadas em um sujeito autônomo, fazendo assim com que crianças, adolescentes e adultos internalizem regras e normas que devem criar alguns comportamentos padronizados. Os estabelecimentos de ensino se apresentam como instituições transmissoras de uma educação ao mesmo tempo uniformizada e medíocre, utilitária e integradora, baseada neste **princípio de livre personalidade**, cujo efeito é produzir jovens imaturos, ignorantes, indiferentes, inconsequentes e abertos ao consumismo desenfreado. Existem duas tendências nesta época que,

⁶ Dados levantados por: Paul-Laurent Assoun, um dos melhores epistemólogos do freudismo.

embora sejam contrárias, se complementam: uma visa difundir, expandir e alargar a cultura; a outra tende a simplificar a cultura. A primeira tendência amplifica a cultura por um processo de **democratização** do acesso à escola, inclusive com a construção de espaços físicos para o recebimento de um número maior de estudantes e, principalmente, de professores a serviço do Estado. Por outro lado, temos a segunda tendência, que oferece nestas instituições de ensino uma **formação** de modo rápido, com viés estritamente pragmático para formar, exclusivamente, técnicos e funcionários para a burocracia estatal. Podemos concluir daí que este processo leva a uma generalização da cultura. A popularização da cultura resulta em sua simplificação. Sobre esta tendência moderna, Nietzsche (2003, p. 61) tem algo a acrescentar:

Com boa vontade, descreverei para você quais foram as características que encontrei nos problemas da cultura e da educação, que surgem hoje de maneira tão viva e tão premente. Assim, me pareceu que se tratava de distinguir duas orientações principais: duas correntes aparentemente opostas, ambas nefastas nos seus efeitos, mas unidas enfim em seus resultados, dominam atualmente os estabelecimentos de ensino: a tendência à extensão, à ampliação máxima da cultura, e a tendência à redução, ao enfraquecimento da própria cultura. A cultura, por diversas razões, deve ser estendida a círculos cada vez mais amplos, eis o que exige uma tendência. A outra, ao contrário, exige que a cultura abandone suas ambições mais elevadas, mais nobres, mais sublimes, e que se ponha humildemente a serviço não importa de que outra forma de vida, do Estado, por exemplo.

Esta situação de **cultura para as massas** produz indivíduos apáticos, ignorantes em questões filosóficas ligadas ao sentido da existência, ávidos pelos valores estabelecidos de **adequação, integração e conformismo**. Assim, isso acaba gerando um enorme rebanho de homens comuns, de “eruditos” e de professores despreparados. Um exemplo deste despreparo é a forma como a língua nacional é tratada nestes estabelecimentos: de forma grosseira, superficial e jornalística, sendo que o estudo aprofundado do idioma deveria ser justamente o ponto de partida para uma cultura superior – a língua nacional seria o terreno fértil e fecundo necessário a todos os esforços posteriores no sentido da cultura. Além da forma esdrúxula como era tratada a língua materna, Nietzsche também censurava os ginásios de sua época por permitirem autonomia aos estudantes em uma idade em que eles não estavam preparados para tanto. Autonomia esta que era mais um reflexo da modernidade.

Ele considerava a figura do mestre importantíssima, pois o professor deveria ser um guia, uma fonte de inspiração para os alunos e, para tal, exigia-se “dependência”, ‘adestramento’, ‘submissão’ e ‘obediência’ (MELO SOBRINHO, 2003, p. 12). A relação-base mestre/discípulo foi desfeita no Ocidente com o advento da modernidade, pois, ao contrário do que a modernidade insinua, o jovem estudante não possui a experiência necessária para, com suas próprias forças, chegar a um estágio em que ele possa se desgarrar dos valores vigentes, criando novos valores para, assim, se superar e exercer sua vontade de potência afirmativa. Somente com a educação apropriada, e com os **homens cultivados**, poderíamos engendrar a procura pelo gênio. Nossos jovens necessitam de guias e mestres e devem, além disso, se entregar a sua proteção de livre e espontânea vontade. Somente assim se poderia criar as condições necessárias para o aparecimento dos **espíritos raros**. De fato, a autonomia que se pretendia atribuir aos estudantes era uma simples ilusão que ocultava neles a agonia de se verem institucionalmente livres, mas com um sentimento de abandono, uma intrínseca necessidade de guias, uma agonia de se verem empurrados a uma “especialização” limitada e aviltante, exigência de nossa época. Esta mesma autonomia era encontrada nas universidades e, com a mesma força que atingia os ginásios, também não promovia nenhuma vantagem nas instituições superiores de ensino e não promoviam, de forma nenhuma, a **individualidade**, como a princípio poderia parecer, mas antes, por causa do distanciamento e da indiferença que trazia consigo, a cerceava, a mediocrizava, a destruía. Em suma, os estabelecimentos de ensino se apresentavam como instituições transmissoras de uma educação ao mesmo tempo uniformizada e medíocre, utilitária e integradora, baseada neste princípio de **livre personalidade**, cujo efeito era produzir jovens imaturos, ignorantes e indiferentes. Em suma, os valores da escola moderna são os valores de mercado e a modernidade se impregnou dos valores de livre mercado, disputa, lucro desenfreado (conseguido a qualquer custo) e mergulhou tão fundo nesta ideologia que desprezou conceitos em que até mesmo a **modernidade clássica** se apoiava:

[...] Quanto mais a modernidade se desenvolvia, mais vimos o desaparecimento de grandes ideologias dominantes, da ideia de coletividade ou comunidade e, conseqüentemente, do desenvolvimento da democracia e do individualismo, além da diminuição do papel do Estado, da supremacia progressiva da mercadoria em relação a qualquer outra consideração, do reinado do dinheiro, da sucessiva transformação da cultura,

da massificação dos modos de vida combinando com a individualização e a exibição de aparências, do achatamento da história na imediatez dos acontecimentos, do importante lugar ocupado pelas tecnologias muito poderosas e, com frequência, incontroladas, da ampliação da duração da vida e da demanda insaciável de plena saúde perpétua, da desinstitucionalização da família, das interrogações múltiplas sobre a identidade sexual, da aversão à política, da publicização do espaço privado, da privatização do domínio público (DUFOR, 2005, p. 25).

Com estes valores incorporados em nossas relações, temos uma virada, no final da década de 1970, que culminará no que hoje se convencionou chamar de **neoliberalismo**: um reforço dos ideais ultraliberais que regem a sociedade ocidental, dos primórdios de sua história até os dias atuais. A escola moderna, portanto, tem um papel fundamental na transmissão destes valores de adequação ao sistema vigente, pois ela segue sendo uma das principais fontes de transmissão da ideologia mercadológica, inclusive reforçando um poderoso tentáculo do neoliberalismo: a globalização. A globalização é uma **mundialização** da ideologia capitalista; é uma das forças mais poderosas do neoliberalismo, sobre a qual gostaria de me ater um pouco mais.

2 A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Existem muitas interpretações para este fenômeno chamado **globalização**. Uma delas, a mais difundida no senso comum, é mais “romântica” e diz respeito a uma ideia que costuma estar na cabeça dos mais jovens e dos mais alienados. Segundo esta concepção, a globalização é a união das culturas e línguas, o estreitamento de relações entre os povos, como se estivéssemos, com o passar dos anos, nos tornando um só lugar, com uma cultura única, uma língua única e um mercado completamente integrado. Essa visão é reforçada principalmente pelo uso cada vez maior de tecnologias de comunicação, principalmente os computadores (leia-se internet) e, conseqüentemente, as redes sociais – extremamente utilizadas hoje em dia e com uma tendência de uso cada vez maior. Também graças à internet podemos acrescentar o fluxo de informações com extrema rapidez, o que tirou o monopólio da televisão no que tange às informações de massa. Todas estas tecnologias criaram um novo formato de comunicação que ainda está se desenvolvendo, mas já expõe muito bem sua coluna vertebral. Não sabemos o que vai acontecer com os

meios de comunicação daqui para frente, mas parece certo que a internet fará parte deste futuro. Com toda esta informação circulando a esta velocidade, criou-se esta mentalidade sobre o tema globalização.

A globalização é um fenômeno, uma entidade autômata, que age sozinha de forma desordenada e indeterminada, sem um comando central, sem uma liderança mundial, sendo assim uma autopropulsora dos assuntos mundiais – portanto, ninguém pode ser responsabilizado pelos estragos que a globalização faz. Os Estados são impotentes perante esta força, pois o capital mundial é livre e, como tal, está acima das legalidades internas e das fronteiras dos Estados. Quando um Estado tenta, de alguma forma, barrar este fenômeno, ele perde as assistências dos grandes conglomerados de bancos mundiais (privados, obviamente) e passam a ter dificuldades no mercado mundial, o que demonstra, claramente, a importância dos Estados fragmentados para o funcionamento deste fenômeno chamado globalização. Não obstante, Bauman (2008, p. 48-49) chama a globalização de a nova **desordem mundial**: “em um mundo que se globaliza, a ordem se transforma no índice de falta de poder e subordinação”. Em outras palavras, a globalização é uma desordem extrema disfarçada de ordem suprema.

Se perguntarmos a um jovem de qualquer centro urbano: “O que é a globalização?”, teremos respostas muito similares. Entre pequenas nuances aqui e ali, podemos destacar alguns pontos em comum em todas as respostas, os quais nos remeteram aos tópicos **informação, comunicação, entrelaçamentos de culturas** e um mundo **sem fronteiras**. Esta é a visão do senso comum sobre o tema, alimentada pelos meios de comunicação. Segundo ela, a globalização é um estreitamento das fronteiras e uma distribuição igualitária dos produtos oferecidos pelo mercado global. De fato, a globalização aparenta realmente ter todos estes fatores agregadores de cultura, mas a verdadeira face deste fenômeno está escondida de uma forma muito mais profunda, e o assunto abrange mais aspectos do que os supracitados. Por isso me referi a esta concepção como “romântica”, pois ela se concentra na parte mais bonita e idealizada (do senso comum) da globalização. Mas acredite! Existem alguns fatos que são cruéis na globalização.

Falando de uma forma estritamente técnica, globalização seria um processo de aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política, o qual teria sido impulsionado pelo barateamento e desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação dos países do mundo, além do desenvolvimento das rotas de comércio,

das grandes navegações e do advento do capitalismo. Thomas Hobbes, em sua obra *O Leviatã* (1651), fez uso de um exercício de imaginação e supôs como se comportaria o homem caso lhe fosse retirada a intervenção de um Estado mediador das relações humanas. Segundo o autor, sem este Estado nos veríamos em um **estado de natureza**, ou seja, estaríamos por nossa própria conta, ou melhor dizendo, estaríamos por nossa própria **humanidade**. Somente assim, despindo o ser humano do grande “deus mortal”, regulador das mediações humanas, poderíamos verificar a real **essência humana**, a partir da qual poderíamos corroborar a necessidade de um **grande Sujeito** (neste caso, o Estado) nas relações humanas, já que a conclusão a que Hobbes chegou em suas avaliações é de que o homem, neste estado de natureza, apresentaria uma tendência de formar grupos por afinidades diversas; uma vez estando estes grupos formados, eles tomariam conta apenas de seus próprios interesses em detrimento dos outros grupos. Em suma, para Hobbes, o homem possui uma **natureza má**, e se, nesse estado, pudesse fazer o que quisesse, estaríamos na guerra de **todos contra todos**, ou seja, os homens formariam pequenos grupos e estariam em constantes guerras para a realização de suas necessidades e também de seus caprichos. Hobbes é material de estudo de vários pensadores, e seu pensamento foi interpretado de inúmeras formas; alguns acham que suas concepções de Estado criaram as condições perfeitas para o desenvolvimento do mercado, enquanto outros acreditam que, independente de Hobbes, a criação do Estado seria inevitável. Há também os que acreditam que o Estado é indiferente no desenvolvimento do comércio e, conseqüentemente, do mercado. O fato que devemos encarar aqui é que, independente de qualquer conjecturação, o Estado é uma realidade e estamos todos sob sua tutela “protetora”. No entanto, o que nem mesmo Hobbes pôde imaginar é que teríamos uma força que subjugaria o poder do Estado, e que este Estado poderoso, este Leviatã imaginado por Hobbes, estaria subordinado a poderes ainda mais influentes e contundentes. Obviamente estamos falando do mercado, mais especificamente de uma de suas facetas mais poderosas: a globalização que, como dissemos anteriormente, subjugou o poder estatal.

O que hoje em dia se convencionou chamar de globalização começou no século XV, com o advento das grandes navegações e, mais tarde, com o desenvolvimento do capitalismo, que exigia a expansão cada vez maior dos mercados. Com o passar dos séculos e com o desenvolvimento cada vez maior dos meios de transporte, de comunicação e, principalmente, com o desenvolvimento do comércio entre os países, a ideia de globalização foi ganhando força. Nada, porém, se compara à força que esta

ideia vem ganhando nos últimos 40 anos. Convido o leitor a relembrar comigo uma época que ficou para trás, mas que deixou suas marcas na história: no ano de 1961, pela primeira vez um homem, Yuri Gagárin, viu a Terra do espaço: “a terra é azul!”, foi a sua célebre frase. Agora vista do espaço, a Terra não possuía mais fronteiras ou países, era apenas um globo finito, solto em um espaço infinito. Pequena, indefesa e vulnerável: essa foi a imagem que correu o mundo naquela época, e foi partir dessa época que a **imagem**⁷ passou a ter um poder – o **poder da imagem**. A partir desta fase os conceitos teóricos sobre a Terra perderam a força, pois agora se existia a imagem. Todos os dias recebemos, através dos incontáveis satélites que circundam a Terra, imagens desta, e temos a certeza de que nossos destinos estão intimamente ligados com o que acontece do outro lado do planeta. Assim, desde as primeiras idas do homem ao espaço, a ideia de **globo** vem ganhando cada vez mais força. Fomentada pelo neoliberalismo, a imagem foi rapidamente apropriada pela Imprensa Moderna (outra criação da modernidade), que a transformou em um **quarto poder**, muito poderoso em nossa Era. Portanto, a imagem serve diretamente aos interesses do mercado, é responsável por repassar sua ideologia mercadológica, juntamente com a escola, e é fundamental para o processo de globalização.

Capitalismo e globalização andam de mãos dadas. Encoberto por uma ideologia de modernidade e progresso, o capitalismo se alastrou por todo o mundo e, sob esta aura, escondeu todos os etnicídios e genocídios cometidos em diversas partes do mundo consideradas “atrasadas”, como a América Latina e a África. Nestas regiões, a globalização não trouxe nada além de estrangeiros ávidos por ouro e prata a qualquer custo. O capitalismo e seus arautos (a burguesia e o mercado) estavam, segundo eles, fazendo um favor para os povos considerados selvagens, desprovidos de civilização, e sob esta égide acabaram com a cultura e a vida de vários povos espalhados pelo globo. Esta foi a globalização apresentada para os povos do Novo Mundo como a promessa de uma nova Era.

O tempo passou... e hoje colhemos os frutos desta globalização. E novamente, escondidos atrás de uma nuvem de fascínio, vemos os jovens alienados de hoje empunhando seus brinquedos eletrônicos com os corações cheios de orgulho, gritando “vivas à globalização!”, acariciando um lobo achando que é seu bichinho de estimação.

⁷ Neste sentido, nos referimos aqui ao poder que a TV ganha a partir das novas perspectivas de imagem apresentadas e que são logo aproveitadas para o uso mercadológico.

Eles não veem (ou são induzidos a não verem) que o sistema capitalista consome os recursos naturais como uma praga, que o planeta não consegue se recuperar na velocidade do consumo. Infelizmente, a ideia arcaica de que os recursos naturais são infindáveis persiste e ainda encontramos gente dizendo que o alarde que os ecologistas e ambientalistas fazem é puro exagero. Vivemos em um planeta saturado de bocas famintas com um sistema econômico que exige que se consuma mais e mais, mesmo que não haja necessidade para isto. Estamos à beira de um colapso das fontes de águas potáveis, já pensamos em fontes renováveis de energia porque sabemos que o petróleo está com os dias contados e, mesmo assim, existe gente achando que tudo que se diz a respeito é demasiado exagero. Isso porque estas mesmas pessoas, que estão ilhadas neste “mundo perfeito”, vivem com seus brinquedos tecnológicos, cercados de confortos e com seus carros na garagem (e um carnê bem grosso no porta-luvas), e desconhecem que a metade da população mundial, cerca de 3 bilhões de pessoas, vive com menos de 2 dólares⁸ por dia. No século XX, graças aos efeitos da globalização e da imagem, os EUA venderam para todo o mundo, através de seus filmes e da imposição cultural, a **cultura enlatada** e os *fastfoods*. Alimentado pelos meios de comunicação, principalmente a TV e o cinema, o estilo de vida americano, o *American way of life*, ganhou o mundo, pois praticamente todos os países compraram essa ideia. Tanto países ricos como (mais ainda) os pobres. O que ninguém percebeu é que o estilo americano de se viver é irrepetível, ou seja, é constituído por uma série de fatores que propiciaram àquela nação um estilo de vida que não vai poder ser repetido por nenhuma outra nação, nem rica, nem pobre e nem pelas chamadas emergentes, por um motivo muito simples: o planeta não suportaria tamanha exploração.

Os EUA são um capítulo à parte na história da globalização, e é preciso esclarecer com maiores detalhes porque o modelo de vida americano não pode mais ser repetido e também como eles conseguiram este estilo de vida tão invejado pelo mundo todo. O primeiro aspecto nos remete ao século XIX, quando cerca de 50 milhões de imigrantes com idade para trabalhar chegaram ao país prontos e dispostos a trabalhar e produzir.

⁸ Ver *site* oficial do Banco Mundial, conforme acesso datado de 6 de dezembro de 2012. O Banco Mundial usou como critério apenas os recebimentos diários de até um dólar ou até dois dólares por pessoa. Segundo a pesquisa, os que ganham até um dólar por dia chegam ao montante de um bilhão e cem mil pessoas, fazendo parte da pobreza extrema; já os que ganham até dois dólares por dia somam dois bilhões e setecentas milhões de pessoas, fazendo parte da pobreza moderada. E o crescimento da população mundial em 2012 já chegou a preencher sete bilhões de pessoas no planeta. E a tendência da pobreza, segundo a mesma instituição, é aumentar.

Isso retirou dos EUA o ônus da criação de toda essa gente enquanto ainda eram crianças ou adolescentes; isto é, enquanto todo esse povo não produzia, mas só consumia, eles viviam nos países europeus; quando entraram na fase produtiva, foram para os EUA trabalhar e produzir. Desta forma, a poupança interna do país foi significativamente maior. Outro fator a se considerar são as imensas riquezas naturais existentes no território. Observamos que no Nordeste dos EUA, entre o rio São Lourenço, na fronteira com o Canadá, existem imensas jazidas de ferro e de carvão, quedas d'água em grande número nos Apalaches, além de um escoadouro natural na região dos Grandes Lagos – Rio São Lourenço. Também devemos considerar as enormes extensões de terra férteis e planas (terras planas na agricultura valem ouro, pois barateiam os custos com a preparação da terra para o plantio), ideais para o plantio de milho e trigo, assim como para a criação de gado e de seus derivados. Existem ainda outras inúmeras riquezas naturais naquela região do globo, e os EUA devem uma grande parcela do seu sucesso a estas riquezas que não foram feitas pela ciência ou pela técnica, enfim, não foram feitas pelo homem, como um antropocentrismo ingênuo quer fazer crer.

Porém, além das riquezas naturais, existe outro lado do desenvolvimento estadunidense que diz respeito à gerência desses recursos (o diferencial, afinal, o Brasil e a África também são ricos em recursos naturais). Trata-se da lei de terras, uma lei que data de 1823, chamada por lá de *homestead act*, que proporcionou a cada família que chegasse às planícies centrais o acesso às terras, para cultivo, por um pagamento apenas simbólico. Esse caráter democrático proporcionou a essas famílias de agricultores um lucro compartilhado por muitas outras famílias. Com isso, criou-se um sistema de escoamento de produção eficiente, cujos custos se tornaram menores, pois os trens e navios (movidos a vapor, é importante ressaltar) partiam cheios, tanto na ida quanto na volta, já que o sistema foi implantado em todo o país e, assim, a renda foi distribuída de forma mais justa. Enquanto isso, na América Latina e na África o desenvolvimento se deu de forma muito diferenciada, pois houve grandes concentrações de terra nas mãos de latifundiários, ou seja, houve enorme concentração de terra nas mãos de poucas pessoas, o que aumentou o custo do transporte, já que a ineficiente malha ferroviária e naval partia cheia de produtos e retornava vazia, funcionando em uma mão única de escoamento, elevando, em muito, os custos de transporte de mercadorias.

Mais um fator decisivo no desenvolvimento dos EUA foi a descoberta e exploração do petróleo. Os EUA foram o primeiro país do mundo a explorar o petróleo de forma industrial, isso em 1859. Por coincidência (ou não), isso ocorreu no mesmo ano em que foi aberto o Canal de Suez. Junte a isto o **modelo fordista**, criado por Henry Ford (1863-1947) no início do século XX, por meio da implantação do sistema de **linha de montagem** nas fábricas de automóveis dos EUA, inédito até então, e também de uma nova filosofia de trabalho chamada de **capitalismo do bem-estar**. Ford mantinha seus funcionários estimulados através da participação nos lucros da fábrica, que ajudava na compra de seus próprios veículos, e de compensações não monetárias, como planos dentários, habitação, entre outros. Uma consequência direta disso é que hoje em dia, de todos os carros que existem no planeta, 80,1% estão em território estadunidense. Com um consumo destes, não foi possível aos EUA ser autossustentável em petróleo, e isso também explica sua cupidez pelo petróleo dos outros países.

Ainda resta fazer mais algumas considerações sobre os EUA, pois sendo o tema da seção a globalização, esta nação não pode ser considerada uma mera coadjuvante. Em 1971, os EUA romperam, de forma unilateral, com o sistema fixo de câmbio e com o padrão ouro⁹. A partir deste fato, os EUA passam a possuir uma dívida externa em sua própria moeda, mas esta não foi a única consequência do fato: a dívida externa dos outros países aumentou de forma assustadora. Veja a seguir alguns dados.

A dívida externa da América Latina passou de US\$ 46,3 bilhões em 1971 para US\$ 982 bilhões em 1999, ou seja, aumentou 23 vezes! Na África essa dívida aumentou mais de 22 vezes! Entre 1971 e 1999, a dívida africana passou de US\$17 bilhões para US\$ 371 bilhões (ONU-GEO 3). Dados como estes ajudam a entender como funciona o mercado globalizado entre países. Outro dado importante da ser lembrado é de que a maior parte do comércio internacional se dá entre países desenvolvidos entre si. Vejamos mais alguns números a seguir:

Os comércios entre EUA, Japão e União Europeia somam 61% das importações e exportações, sendo que sobram apenas 18% para os outros países (nós). Estes números dão uma boa ideia de para onde vão os esforços de países ditos de “Terceiro Mundo” para conseguir recursos e sanar essa dívida externa. Daí se dá a dependência de matérias-primas dos países industrializados, pois é preciso comprar quantidades enormes

⁹ Para Dufour, este é um fato que marca a definitiva entrada na pós-modernidade (DUFOUR, 2005, p. 73).

(a preços nem sempre justos) para se fazer um superávit primário (uma espécie de poupança forçada, um dinheiro que sobra para servir de garantia nos negócios entre grandes economias). Na verdade, não é preciso ser um grande economista para perceber que a dívida externa não foi feita para ser paga, mas sim para ser uma poderosa arma política para que se imponham políticas de ajuste estrutural.

Ainda assim, apesar de todos estes obstáculos, alguns países em desenvolvimento vêm ganhando destaque nos debates mundiais. Isso também ocorre pela dependência de países desenvolvidos em matérias-primas e serviços. Afinal, a importância geopolítica destas nações não pode ser desconsiderada e nem a roda da história pode ser ignorada – para alguns historiadores e filósofos, a roda está girando. Que o processo de globalização existe é inegável, assim como o fato de que os países estão cada vez mais interligados (o que acontece com um vai afetar os outros), mas também não podemos negar que o preço pago por toda esta integração foi demasiado alto para algumas nações. Somos globalizados, sim! Mas é uma globalização hierarquizada, boa para alguns e cruel para outros. Podemos até chamar esta nova fase de uma **Moderna-Colonização**. Como sair dessa situação sem precisar explorar nenhuma nação? Este deve ser o centro de nossos esforços, para que possamos dar um passo decisivo na evolução humana. Ainda estamos longe das respostas, mas isso não deve ser um desmotivador de nossas ações; ao contrário, quanto antes começarmos a nos mobilizar com todos aqueles que estão dispostos, de coração aberto ao diálogo, antes chegaremos a um sistema mais justo de distribuição das riquezas do planeta. Pois de uma coisa já podemos ter certeza: o atual sistema capitalista/globalizado, baseado no trabalho, na forma como ele se apresenta hoje, por si só, não se sustenta mais.

3 A QUESTÃO DO TRABALHO

Vivemos em um engodo magistral, um mundo desaparecido que teimamos em não reconhecer como tal e que certas políticas artificiais pretendem perpetuar. Milhões de destinos são destruídos, aniquilados por este anacronismo causado por estratégias renitentes, destinados a apresentar como imperecível nosso mais sagrado tabu: o trabalho.
(FORRESTER, 1996)

As sociedades ocidentais, que, como dissemos antes, adotaram o capitalismo como o único meio possível de desenvolvimento, possuem um pilar central onde

toda a sua estrutura social está apoiada: o trabalho. As sociedades ocidentais foram criadas sob a estruturação do trabalho como cola social, o ponto de partida para o cidadão/consumidor. O trabalho funda as sociedades ocidentais, rege as distribuições de riquezas, é o motor natural de nossas sociedades e, como tal, tem uma importância vital para fazer a roda econômica girar sem parar. No entanto, não obstante a importância agregada ao trabalho em nossas sociedades, qualquer mente ávida que consiga enxergar para além das cores vívidas da modernidade perceberá que o problema do desemprego, que afeta todo o mundo ocidental, é muito mais do que uma crise passageira ou um problema pontual que será resolvido por políticas trabalhistas aplicadas. Esse problema é um *stato quo* instaurado na verdade, desde o princípio da mentalidade de mercado e agravado, em muito, na virada neoliberal. Ora, sendo a lógica capitalista a maior quantidade de lucro com o mínimo de gasto, não é de se admirar que o capitalismo se mostre um sistema muito “astuto” e “adaptável”. Entretanto, neste **adaptar-se a tudo** o capitalismo acaba por consumir tudo, inclusive os indivíduos sob sua tutela, o que por si só seria terrível. Mas ainda tem mais: o neoliberalismo encrustado até os ossos de nossas sociedades ainda consegue outra façanha: além da adaptabilidade, ele mascara muito bem seus efeitos devastadores, ao ponto de ser defendido pelas próprias vítimas. Mas como um sistema maléfico consegue disfarçar consequências tão graves? Como pode ser protegido pelas próprias vidas das quais ele se aproveita a um custo tão alto?

O lucro! Esta é a resposta, é a base de tudo. Por girarem em torno de vantagens, as relações entre grandes empresas visam exclusivamente o lucro, e nada mais importa. Só depois de garantir sua vantagem os recursos vão então para a economia de mercado: “Primeiramente o lucro, em razão do qual tudo é instituído, e só depois é que as pessoas se arranjam com as migalhas dessas famosas ‘criações de riquezas’, sem as quais, dizem, não haveria nada, nem sequer migalhas que, por sinal, estão diminuindo.” (FORRESTER, 1996, p. 19-20).

Por desconhecer essas grandes negociações, a população acredita que recebe o melhor que é possível. Uma propaganda eficaz bombardeia as mentes das pessoas manentemente, fazendo o melhor uso possível da imagem não só nas mídias, mas no corpo também, pois o sistema põe à margem uma multidão de miseráveis que estão fadados a viver em condição de pobreza. Isso instaura uma ditadura no corpo, pois como muito bem analisou Hannah Arendt (1963, p. 72):

A pobreza é mais do que a privação, é um estado de constante necessidade e de miséria aguda cuja ignomínia consiste na sua força desumanizadora; a pobreza é abjeta porque coloca os

homens sob a ditadura absoluta dos seus corpos, isto é, sob a ditadura da necessidade tal como todos os homens a conhecem a partir da sua mais íntima experiência e independente de todas as especulações.

Viver na pobreza é viver subjugado e, neste estado, migalhas são melhores do que nada. O que fazer quando se é um escravo de seu próprio corpo, de suas necessidades? Assim vivem as massas, 3 bilhões de (sobre)viventes no mundo... esmagados, destruídos, desempregados e desesperançosos, escravos modernos transformados em produtos, jogados para o lado nas periferias dos grandes centros urbanos de nossas “magníficas cidades”. Quando e onde haverá trabalho para essa massa de viventes, se a lógica que impera é a de produção com baixo custo? É muito claro que não há emprego para todo este contingente e que cada vez haverá menos. Isso é tão evidente que salta aos olhos. E há solução? Talvez não... mas discutir isso parece ser uma falta gravíssima nos dias de hoje, então o que temos? Mascaramento, pois o sistema se camufla mais uma vez e temos a atenção dos problemas desviados. Os Estados dependentes do capital prometem “políticas públicas” para o aumento do emprego. Ser um bom governante, em nossa mentalidade atual, é conseguir fazer um acordo com uma grande multinacional, isentá-la de impostos, reduzir os encargos, doar terrenos valiosos, enfim, facilitar o **lucro** desta empresa para que ela, em troca, dê uma de suas migalhas – uma quantidade de empregos em uma determinada região, que faça a economia “girar”, tornando, assim, o Estado refém dos conglomerados de empresas que detém o capital. O Estado nada pode fazer, está preso até o pescoço em conchavos e maquinações, e mesmo assim nada garante que as multinacionais continuem no lugar, girando a economia, ou que mantenham uma quantidade de funcionários suficiente para movimentar a cidade, pois ao menor sinal de queda nos lucros, todo o conglomerado retira-se do local, ou dispensam uma quantidade grande de funcionários. Não há nenhuma preocupação social, apenas cálculos de quanto se ganha ou se perde.

Todo este efetivo de gente que trabalha nas grandes empresas não passa de moeda-corrente: eles são movimentados a cada “reestruturação” efetuada, e assim temos mais uma multidão de “descartáveis”, varridos impiedosamente para de baixo dos viadutos e dos guetos de nossas cidades. As empresas se mostram indiferentes, pois nada de ilegal está sendo cometido:

Repita-se: a vocação das empresas não é serem caridosas. A perversidade consiste em apresentá-las como aquelas “forças vivas” que seguirem mais propriamente imperativos morais,

sociais, abertos para o bem-estar geral, quando eles têm que seguir um dever, uma ética, não há dúvida, mas que lhe pedem para produzir lucro, o que, em si, é totalmente lícito, juridicamente, sem mácula (FORRESTER, 1996, p. 85).

Ora, mas quem deveria cuidar para que as empresas levassem em consideração questões sociais em suas negociações, já que por elas mesmas, por sua lógica, elas não o fariam? O Estado! Obviamente! Mas este se encontra engolido pela lógica mercadológica e serve as questões de mercado em todas as suas ações. A mídia e a escola (a serviço do Estado, e este, por sua vez, a serviço do mercado – nunca é demais lembrar) martelam na cabeça das pessoas que é preciso se qualificar, que as pessoas a sua volta são concorrentes em potencial, instaurando a individualidade e a competição: é preciso se preparar, é preciso “merecer” um trabalho; seu sucesso, seu mérito; seu fracasso, seu mérito – lógica cruel. E o que é o sucesso em nossa sociedade, e o que é o fracasso? Difícil dizer, pois tudo está tão deturpado... o Estado e seu aparelho político está tão comprometido com o capital que ele mesmo (o Estado) esforça-se em desviar e suprimir essas questões:

[...] desvio de atenção que se exacerba quando se trata do fenômeno mais vital (ou mais mortal) do que se pensa, do desaparecimento do trabalho e do prolongamento artificial de seu império sobre todos os nossos dados. Rediscussão das falsas questões colocadas, restabelecimento das evitadas, denúncia das escamoteadas, supressão das arbitrariamente respostas (mas dadas como capitais quando não são postas), só isso permitiria descobrir as questões essenciais, urgentes, nem sequer entrevistas. Questões que certamente denunciariam a duplicidade dos poderes, ou melhor, das potências, e seu interesse de que a sociedade permaneça enfeudada dentro de um sistema antigo, baseado no trabalho (FORRESTER, 1996, p. 54).

Os jovens são os mais atingidos neste sistema que eles acreditam ser o único possível, carregados de metas impossíveis de serem alcançadas, em uma sociedade que cobra cada vez mais qualificação e emprego, emprego este que não existe para a maioria deles, pois uma intrincada rede de mentiras e escamoteamentos, cuidadosamente preparada para jogar a culpa nas próprias vítimas, trabalha incessantemente, e estes jovens desesperançosos carregam nos ombros a culpa por sua condição, por toda uma vida, e, se chegarem à fase adulta, como serão? E se conseguirem chegar à velhice, como serão?

As pessoas neste sistema se acostumam com o sofrimento ao ponto de acharem que a condição miserável em que se encontram é culpa deles mesmos. Os velhos, que já foram jovens um dia, são indiferentes à angústia dos novos. A indiferença também é uma marca das nossas sociedades, a pior delas, a mais desumanizadora. Os pobres são indesejáveis em nossas cidades, mas não existe ninguém preocupado em retirá-los da miséria, mas sim de retirá-los das vistas. Em todas as cidades ocidentais temos a mesma configuração: cidades prósperas e belas cercadas de favelas, subúrbios, guetos, assentamentos, *trailers* e barracas, onde “jogamos” a massa de pessoas que não servem mais, os “desajustados”, os “violentos”, os “marginais”. Para estas pessoas só uma coisa é dada: a ilusão de uma vida que eles jamais terão:

[...] Será que se imagina o que eles sentem - na lentidão dos dias que se arrastam, em não ter direito a nada daquilo que lhes mostram como fazendo parte da vida? Em serem considerados não só desprovidos de qualquer valor, mas simplesmente inexistentes em face dos valores ensinados, e ainda se admira que eles não sejam entusiastas desses valores e tampouco do ensino que os vincula (FORRESTER, 1996, p. 60).

O preconceito contra eles é uma constante; a culpa de morarem nestes lugares medonhos é atribuída a eles mesmos, instaurando-se um círculo vicioso. A própria sociedade que marginaliza o sujeito é a mesma que renega a sua responsabilidade no processo, sendo tudo fomentado por esta lógica desumana a qual servimos – a lógica do *para si*. E, em um ambiente tão desesperançoso como este, eles, os renegados, reagem. E não se trata aqui de qualquer tipo de coitadismo ou angelismo barato, ou de negar qualquer tipo de violência ou delinquência: trata-se, sim, de tentar verificar um fenômeno para além de seu resultado final e de evitar julgamentos apressados ou soluções simplistas; trata-se de uma mudança de atitude, de uma nova mentalidade. Viviane Forrester deixa uma pergunta que nos chama à reflexão: “Os danos que eles provocam são visíveis, mas e os danos que eles sofrem?” (FORRESTER, 1996, p. 61). A violência cometida por estes “párias” de nossas cidades é terrível, mas ela é uma violência de reação, que não se resolverá com “mais polícia nas ruas” ou “mais poder para o Estado”. O Estado, como dissemos antes, é um mero coadjuvante. O que propomos aqui é algo muito mais complexo, uma coisa grande! É uma mudança de paradigma total, de toda uma civilização: é entrar em uma nova Era... não é uma tarefa fácil mudar um paradigma, mas vencer nossa “indiferença” seria um excelente “primeiro passo”.

CONCLUSÃO

Estamos em uma época de uma tomada de consciência dolorosa, de um despertar para a realidade que não será fácil. Em um primeiro momento, precisamos tomar o choque de constatarmos o mundo desumano em que vivemos desprovidos de simbologia, de compaixão e de valores, onde tudo corre única e exclusivamente em nome do lucro. Para o neoliberalismo só interessa este sujeito acrílico, dessimbolizado, incapaz de questionar a ideologia pela qual dá a sua vida, um sujeito oco, livre de culpas, indiferente a tudo. A indiferença se dá neste novo sujeito sem laços sociais e comunitários, que enfrenta a existência, individualizado na totalidade de si, transformado em mercadoria que consome mercadoria. Este homem não questiona seu próprio meio de vida, ele fecha-se em si, desiste da política, perde o interesse em causas comuns e deixa livre a lógica mercadológica que rege todas as suas relações. No fundo, este sujeito acaba sendo indiferente com seu próprio destino. Para este homem, basta retirar-lhes os problemas da vista e tudo fica “aceitável”. Existe uma frieza em suas relações, a frieza de quem só lida com “coisas”. Saber que um outro sofre não atinge este homem – a indiferença está impregnada até os ossos. Só um alto grau de individualismo pode criar um ser humano tão indiferente assim. Tanto individualismo, tanta indiferença, causa outro fenômeno: a falta de referência. Uma geração não é mais responsável pela educação da outra. Os pais entregam a educação de seus filhos para a TV, para os computadores ou para a escola. Existe um sentimento de negligência geral, um sentimento de “lavo minhas mãos” em toda a sociedade. Como culpá-los sabendo que estes pais não são nada menos do que o fruto deste mesmo sistema? Triste época em que vivemos... as cidades estão apinhadas de gente que não se fala, muito menos se ajuda. Homens e mulheres apressados e famintos, cada qual voltado aos seus próprios interesses numa corrida de ratos¹⁰ interminável. Seguem uma ideologia racional e violenta, formada no início das sociedades ocidentais, naquele **humanismo** greco-romano que adotamos em tempos imemoriáveis e que fundou o projeto para a humanidade fadado ao fracasso por possuir a lógica de pensar em si mesmo, nunca nos outros.

¹⁰ O termo remete aos trabalhos que demandam um grande esforço com pouca ou nenhuma recompensa, evocando a imagem de ratos de laboratório em labirintos ou rodas. Em uma analogia com as cidades modernas, seriam as pessoas que trabalham incessantemente para alcançar ideais de felicidade que dificilmente serão alcançados. O termo ficou popularizado com o livro *Pai Rico, Pai Pobre*, de Robert Kiyosaki.

Como dissemos antes, a modernidade e as forças que se entrelaçaram a ela (a saber, o capitalismo e o mercado) são extremamente adaptáveis, e esta talvez seja a sua face mais assustadora, pois nesta maléfica habilidade se esconde a capacidade de agregar para si valores, muitos deles deturpados. A globalização poderia aqui ser usada como um exemplo de valores desvirtuados do real sentido, já que, como dissemos, existe uma visão “romantizada” do tema que evoca para si, no senso comum, valores como **integração, igualdade, agregação e eliminação das fronteiras**, quando, na verdade, tudo que a globalização tem como valor é o **lucro absoluto** acima de qualquer valor moral. Mas existem outros exemplos que mostram quão ardiloso este sistema é: Hannah Arendt, em seu livro *Sobre a revolução* (1963), faz uma análise antropológica dos acontecimentos de duas revoluções acontecidas no século XVIII e que marcaram muitos dos valores estabelecidos para o século XX: a americana, em 1776; e a francesa, em 1789. Em sua investigação, Arendt (1963) passa por questões sociopolíticas e explora a busca pela felicidade das duas nações. Ao se aprofundar nas sociedades americanas e europeias, tão influentes na cultura ocidental, percebemos mais alguns dos valores dos quais a modernidade se apoderou. Aqui me refiro a este sentido de emancipação do homem, surgido na Revolução Francesa, no sentido de busca de uma “igualdade” entres todos os homens, garantida pelo simples fato de terem nascido. É um ideal moderno que foi incorporado em nossa sociedade como um valor universal, no entanto “a própria ideia de igualdade, tal como a conhecemos, ou seja, que todas as pessoas nasceram iguais, só pelo fato de terem nascido e que igualdade é um direito de nascimento, era completamente desconhecida antes da Idade Moderna” (ARENDR, 1963 p. 46). A igualdade, na modernidade, colocou todos os homens no mesmo nível: não existe mais a **Autoridade**¹¹, mas sim um meio termo entre coerção e persuasão; ou seja, autoridade é uma responsabilidade de introduzir um outro em um mundo prestabelecido (DUFOR, 2005, p. 137)¹². Temos uma horizontalização das relações; a autoridade geracional está desfeita, pois professores são “iguais” aos alunos, pais são “iguais” aos filhos. Perde-se a autoridade, no melhor sentido da palavra.

¹¹ Autoridade aqui não deve ser entendida no sentido de **persuasão** (que pressupõe igualdade) e nem no sentido de **coerção** (que pressupõe força).

¹² Dufour usou os estudos de Arendt sobre o tema a **educação na modernidade**. Não obstante, a preocupação da autora por práticas modernas de educação, que destituía a figura do mestre, preocupava a pensadora. Sem a autoridade bem compreendida, dizia ela, iremos direto para o totalitarismo.

Outro mito da modernidade: os Estados Unidos, considerado como a locomotiva do neoliberalismo, com todos os valores incorporados de “liberdade”, “igualdade”, “terra de oportunidades”, é desmitificado por Arendt em suas análises. Segundo a autora, a Revolução Americana foi a única onde a **compaixão** não desempenhou nenhum papel na motivação dos atores. Os EUA foi um país que não conheceu a miséria em toda a sua história, no entanto, a prosperidade do homem branco americano dependia diretamente da exploração e da miséria da população negra escrava: viviam cerca de 400.000 negros juntamente com outros 1.850.000 na América em meados do século XVIII. Podemos, portanto, concluir apenas que a instituição da escravidão traz consigo uma obscuridade ainda mais negra do que a obscuridade da pobreza: o escravo, não o homem pobre, era **totalmente menosprezado**. Pois Jefferson, e outros em menor grau, estavam conscientes do crime primordial sobre o qual se apoiava a estrutura da sociedade americana (ARENDDT, 1963, p. 86). Todos os homens são sujeitos a **processos naturais** experimentados de forma **orgânica**, afinal, todos possuem as mesmas necessidades básicas: alimentação, abrigo, higiene e água, sendo estes processos **necessários** e **irresistíveis**, inerentes a todos os seres humanos – ou seja, não dependem de estatutos científicos que constatem a sua veracidade. Logo, a escravatura, como dito anteriormente, está no cerne da sociedade americana, e nada mais é do que a vontade do homem de emancipar a si mesmo das necessidades da vida usando de violência, forçando um outro a suportar o fardo da vida por eles. Este é o âmago da escravatura – tanto a escravatura americana quanto a portuguesa/brasileira ou qualquer outra mundo afora. No caso da escravatura americana, “foi apenas com o aparecimento da tecnologia, e não com o aparecimento das ideias modernas políticas como tais, que refutou a velha e terrível verdade de que apenas a violência e o domínio sobre os outros poderia tornar alguns homens livres (ARENDDT, 1963, p. 138-139). Complementando este raciocínio, Arendt diz:

[...] Poderíamos ter obtido exemplos semelhantes, embora menos sucintos, dos autores americanos, e isto é, de fato, apenas outra forma de dizer que a questão social interferiu no decorrer da Revolução Americana não menos marcadamente, apesar de muito menos drasticamente, do que no decurso da Revolução Francesa. Contudo, a diferença é ainda profunda. **Como o país não fora nunca dominado pela pobreza**, foi a “**paixão fatal pela riqueza súbita**”, mais do que a necessidade, que se encontrou no caminho dos fundadores da república. E esta busca particular pela felicidade que, segundo as palavras de Pendleton, sempre

tendeu “para extinguir todo o sentimento de dever político e moral” podia ser sustida, pelo menos por tempo suficiente para lançar as fundações e constituir o novo edifício – ainda que não por tempo suficiente para modificar os espíritos daqueles que viriam habitá-lo. O resultado em contraste com o que aconteceu na Europa foi que as noções de felicidade pública e de felicidade *política* jamais desapareceram totalmente da cena americana; tornaram-se parte da própria estrutura do organismo político da república. Se tal estrutura terá alicerces de granito capazes de resistirem às vãs atividades de uma sociedade absorvida pela produção e pelo consumo, ou se virá a ceder sob a pressão da riqueza, tal como as comunidades europeias cederam sob a pressão da miséria e do infortúnio, só o futuro poderá dizer. Existem hoje em dia tantas razões para esperança como para receio (ARENDDT, 1963, p. 169, grifo nosso).

“Existem hoje em dia tantas razões para esperança quanto para receio”. Este talvez seja o único ponto da obra de Arendt onde ela demonstra certa “ingenuidade”, talvez por não ter visto que a modernidade e o capitalismo ainda teriam uma virada neoliberalista algumas décadas depois da publicação de sua obra ou, por estar no meio de um processo histórico, a autora não percebeu que na modernidade nós tivemos uma disputa entre dois pensamentos centrais: o transcendentalismo alemão, representado pelo homem crítico kantiano, embasado em uma reformulação moral e transcendental que, na prática, se manifestaria com a criação de formas, como o Estado ou a Comunidade, regulando assim os interesses privados; e uma moral egoísta, representada pelo liberalismo inglês e seu principal defensor, Adam Smith, moral esta que ganhou força sobre o transcendentalismo alemão com uma mentalidade individualista, que acabou culminando no ultraliberalismo – em mais uma de suas peripécias adaptativas pela história. Mesmo a Democracia, a pérola do Ocidente, o estandarte com o qual se impõe sobre outras culturas ditas “inferiores”, defendido pela maioria dos cidadãos com valores incorporados de “igualdade”, “governo do povo, para o povo”, “soberania”, “busca da felicidade”, tornou-se, com o toque da modernidade, um governo oligárquico, pois se a democracia pressupõe um governo de **poucos** que governam o interesse de **muitos** (uma oligarquia no sentido democrático da palavra), o que temos hoje é um governo de **poucos** que governam para **poucos**, uma oligarquia formada por um grupo fechado que visa apenas interesses próprios (aqui no sentido etimológico da palavra *ολιγαρχία*, **governo de poucos**).

Neste sentido, a felicidade pública e a liberdade pública se tornaram o novo privilégio de poucos, ou seja, a violência infringida a partir deste novo conceito de democracia, deturpado pelos tentáculos do liberalismo, vem em um movimento descendente, dos governos (de cima) para o povo (para baixo).

Perceba que neste movimento de adaptação toda a história do Ocidente foi construída em alicerces ilusórios, em um engodo descomunal. Nada é o que aparenta ser: **globalização** não traz justiça; **igualdade** destrói autoridade; os valores instituídos pelos EUA, que formam o seu “panteão de valores”, tiveram como motivação apenas o lucro e as vantagens pessoais; a **democracia** não é o governo para o povo; não existe **trabalho** para toda a população, mesmo que os governos insistam em dizer que estão trabalhando para aumentar o emprego, entre outras inverdades. O ponto aqui é perceber o mundo falso em que vivemos. Quando falamos em modernidade, capitalismo, liberalismo e neoliberalismo, precisamos falar muito sobre os EUA, pois, apesar de não ser o criador destes conceitos, tão enraizados em nós ocidentais, ele é o principal divulgador e colaborador, principalmente nestes últimos séculos (XIX, XX e XXI).

Quando nos aprofundamos na estrutura da sociedade americana, percebemos a lógica que domina todo o Ocidente, a lógica do **para si**, a lógica da **indiferença**.

Precisamos ser francos aqui! Encaramos uma gravíssima crise. Não uma crise financeira, política ou moral, mas uma crise antropológica, uma crise de valores como nunca se viu antes: “Tudo se encontra de pernas para o ar. É preciso reconstruir tudo, a começar por um novo entendimento crítico e uma nova compreensão do inconsciente.” (DUFOUR, 2005, p. 209). As promessas da modernidade não se concretizarão, e engana-se quem se deixa levar por todas as cores da modernidade. Não dá para confiar nas informações que chegam para nós através dos meios de comunicação, pois estes também estão comprometidos com os interesses do Estado e do mercado. A situação parece desesperadora... e realmente é! Então a pergunta que fica é a seguinte: O que fazer?

De fato, estamos em uma condição de muita dificuldade, mas também estamos, como dito antes, em um momento de tomada de consciência dolorosa. Este é um processo que demandará muito dos indivíduos presos ao sistema, de cada um de nós, pois devemos ter a consciência de que somos parte deste sistema deteriorado, e que ainda carregamos valores deturpados, herdados por séculos de um sistema que

sempre se adaptou por meio de subterfúgios. Estamos, nós mesmos, chafurdados neste sistema. Quantas catarses precisamos realizar para limpamos os vários preconceitos que possuímos? Muitas, sem dúvidas! Mudar o mundo a nossa volta, nossos amigos, alunos, família e sociedade, é um trabalho do qual uma vida humana não dá conta. Portanto, para aqueles que aceitarem este desafio, fiquem sabendo: não veremos nenhum resultado de nossos esforços; os louros desta vitória serão aproveitados por outras gerações. Este deve ser um de nossos propósitos: conseguir produzir uma geração livre de preconceitos, livre da indiferença que entorpece a todos, em um movimento de **resistência** contra um sistema que cresce e consome tudo a nossa frente, com um apetite voraz, para que possamos, finalmente, vencer a indiferença e ir além.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. *Sobre a revolução*. Lisboa: Relógio D'água, 1963.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BARRENECHEA, M. A. Nietzsche: a memória, o esquecimento e a alegria do esquecimento. In: BARRENECHEA, M. A.; FEITOSA, C.; PINHEIRO, P. *Nietzsche e os gregos: arte, memória, e educação – Assim falou Nietzsche V*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

BAUMAN, Z. *O medo líquido*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

DUFOUR, R. *A arte de reduzir as cabeças*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

FERREIRA, N. T. *Cidadania – Uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1996.

GALLO, S. Crítica da cultura, educação e superação de si: entre Nietzsche e Stiner. In: BARRENECHEA, M. A.; FEITOSA, C.; PINHEIRO, P. *Nietzsche e os gregos: arte, memória, e educação – Assim falou Nietzsche V*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HOBBS, T. *Leviatã ou Matéria: Forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. de João Paulo Morais e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

MARTINS, A. Nietzsche e a mudança de valores na educação. In: BARRENECHEA, M. A.; FEITOSA, C.; PINHEIRO, P. *Nietzsche e os gregos: arte, memória, e educação – Assim falou Nietzsche V*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

MELO SOBRINHO, N. C. de. A pedagogia de Nietzsche. In: NIETZSCHE, F. *Escritos sobre educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2003.

NIETZSCHE, F. *Escritos sobre educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2003.

_____. *Ecce Homo - como alguém se torna o que é*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Assim falou Zarathustra*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. *Leviathan: sive de Matéria, Forma, et Potestate Civitatis Ecclesiasticae et Civilis*. Opera Latina, London: Ed. W. Molesworth, 1966. v. III.